

Revista Portuguesa de

Bioética

Cadernos de Bioética

Propriedade/Administração

Centro de Estudos de Bioética
cebioetica@gmail.com

Diretor

Filipe Almeida

Conselho de Direção

Filipe Almeida
Carlos Costa Gomes
Michel Renaud
Vasco Pinto Magalhães SJ
João Loureiro

Secretariado

Carlos Costa Gomes (Coord.)

Redação

Ana Sofia Carvalho
José Pinto Mendes
Paula Martinho Silva
Maria do Céu Patrão Neves
Paula Sousa

Periodicidade

Trimestral

Desenho Gráfico

José Osswald

Index das Revista Médicas Portuguesas

www.indexrmp.com

Pedido de Assinaturas e números avulso

Centro de Estudos de Bioética
Rua Diogo Botelho, 1327
4169-005 • Porto
Email: cebioetica@gmail.com
Tel. 226196216/Telem.: 917292654

Pré-impressão | Impressão | Acabamento

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.
Palheira Assafarge, 3001-153 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Registo no ICS: 125129

Depósito Legal n.º 113965/97

ISSN 1646 – 8082

Assinatura anual – 30,00 €

Número Avulso – 10,00 €

Revista Portuguesa de

Bioética

Cadernos de Bioética

Ano XX/59 N. S. N.º 19 Jan/Mar 2014

Sumário

7 Editorial

Filipe Almeida

11 Encontro 25 anos do CEB

Jorge Biscaia

13 Para uma leitura da história do Centro de Estudos de Bioética

M. Patrão Neves

25 A bioética e seus desafios de hoje e de amanhã

Michel Dupuis

35 A Bioética e a Liberdade Política

Michel Renaud

47 Esperar – o primeiro verbo da Vida

Daniel Serrão

59 Esperança na Medicina

Henrique Vilaça

69 A Esperança na Teologia Cristã

Vasco Pinto de Magalhães

73 Tripórtico da Esperança e do Direito

João Carlos Loureiro

131 Notícias e Comentários

147 Instruções para os autores

Para uma leitura da história do Centro de Estudos de BioÉtica

M. Patrão Neves

Resumo: A leitura da história do CEB não pode ser unicamente de natureza retrospectiva mas terá de ser também de índole prospectiva, não se pode restringir à consideração do seu passado como tal, mas antes o lê a partir do presente e em função do futuro que quer preparar.

Palavras-chave: história, presente e futuro CEB

Abstract: The reading of the history of the CEB cannot solely be of nature retrospect but it will also have of being of prospectiva nature, not if it can restrict to the consideration of its past as such, but before it reads it from the gift and in function of the future that wants to prepare.

Key-Word: history, gift and future, CEB

Introdução:

Nesta Sessão Solene comemorativa dos 25 anos do Centro de Estudos de Bioética as felicitações dirigem-se única e exclusivamente ao CEB, envolvendo assim o seu Presidente de sempre (Jorge Biscaia) e demais membros fundadores, muitos dos quais hoje aqui entre nós, nomeadamente como palestrantes (Barbosa de Melo, Cardoso da Costa, Daniel Serrão, Michel Renaud, Vasco Pinto de

Magalhães, Walter Osswald), outros membros ilustres que marcam vincadamente a evolução do CEB (Isabel Renaud, Lopes Cardoso, Vilaça Ramos), membros de uma segunda geração que se têm destacado nacional e internacionalmente (Paula Martinho da Silva, Ana Sofia Carvalho, João Loureiro), e tantos outros formandos, investigadores, pensadores que têm contribuído para a dinamização do CEB (e que aqui se encontram em grande número, destacando-se João César das Neves e Marcelo Rebelo de Sousa), e ainda a sua presente Direcção (Filipe Almeida) que organizaram este dia.

Uma palavra também, muito especial, de lembrança, reconhecimento, agradecimento e saudade àqueles notáveis membros do CEB que já não se encontram entre nós mas cuja memória perdura indelével, permitindo-me vós que destaque o nosso muito querido Prof. Luís Archer.

Nesta ocasião solene não quero deixar de manifestar publicamente a honra e o privilégio com que recebi este convite para tomar a palavra no evento histórico que é a própria comemoração das Bodas de Prata do CEB, mas sobretudo a emoção que sinto em me tornar também eu, neste momento, parte da história desta prestígio instituição que a todos nos convoca.

E foi precisamente de “história” que me sugeriram que falasse hoje aqui, se bem que não da “história” do CEB mas da minha “leitura da história” do CEB, o que acolhi com agrado por me permitir ultrapassar os factos e mergulhar em ideias inspiradas em vivências, invocando o CEB mais do que como uma instituição estabelecida, como um organismo vivo no seu pulsar. Assim sendo, porém, a leitura da história do CEB não pode ser unicamente de natureza retrospectiva mas terá de ser também de índole prospectiva, não se pode restringir à consideração do seu passado como tal, mas antes o lê a partir do presente e em função do futuro que quer preparar. Por isso também, permitir-me-ão que não me quede no elogio, que sempre pontua nestes eventos e que, neste caso, é sinceramente fácil espontâneo, mas ouse igualmente apontar fragilidades e identificar forças para as superar, até porque, referindo-nos à história do CEB, referimo-nos também à história da bioética em Portugal sobre a qual creio poder ser oportuno fazer uma apreciação geral.

Enveredemos pois por um caminho que, já longo, de mais mesmo de 25 anos, foi sendo marcado por várias etapas – cinco –, desde o período pré-institucional do CEB – a gestação –, em que remontamos à pré-história da bioética em Portugal, à sua institucionalização oficial –o nascimento –, para daí acompanharmos a sua expansão e diversificação, consciencializarmos o risco de funcionalização e ideologização da bioética e assumirmos a missão do CEB de responder cabalmente aos desafios que a sociedade contemporânea lhe continua hoje a colocar.

1. A gestação (ou o período pré-institucional do CEB)

A história da gestação do Centro de Estudos de Bioética coincide rigorosamente com a origem da bioética em Portugal.

Não recuo, porém, aos seus antecedentes mais remotos que encontramos desde a década de 70 em algumas reuniões esparsas ou publicações ocasionais sobre matérias que hoje não teríamos qualquer dúvida em classificar como bioética mas que então surgiam no desenrolar dos novos desafios que se colocavam a algumas áreas profissionais ou mesmo de incursões esporádicas em domínios alheios na assunção de visões interdisciplinares que se começavam a perfilar como convenientes e mesmo necessárias em qualquer domínio do saber. Em todo o caso foram episódios importantes pelos primeiros sinais que transmitem de uma nova realidade em gestação, permitindo começar a identificar os primeiros temas e os primeiros protagonistas da bioética e ainda a perspectiva de análise dominante.

Remonto aqui apenas ao ano de 1986 quando um auto-denominado “Grupo de Reflexão” iniciou reuniões regulares informais em que se debatiam problemas humanos decorrentes da aplicação das biotecnologias à vida, para a produzir, para a prolongar e ainda para a engenheirar ou transformar. Estas reuniões não surgiram, porém, como uma actividade isolada uma vez que – como sugerimos – já nesta data os futuros membros do Centro de Estudos de Bio-Ética desenvolviam uma proeminente actividade neste domínio no prolongamento das suas respectivas actividades profissionais.

Este “Grupo de Reflexão” era inicialmente bastante pequeno: constituído por personalidades ilustres na sua área profissional específica, com diferentes formações académicas; motivados conjuntamente pela protecção da dignidade da vida humana desde a sua expressão embrionária até ao fim da vida biológica, no contexto da possível artificialização e instrumentalização da pessoa decorrente da utilização das biotecnologias; assumindo a ciência como essencial para a promoção do bem-estar humano, desde que orientada por valores humanistas e não numa perspectiva cientista; formados nos valores cristãos que defendem de uma forma não confessional; ligados por relações de amizade pessoal que cultivam. As reuniões iam tendo lugar nas residências pessoais de vários membros, e contavam com alguns membros designados para intervirem sobre o tema antes seleccionado e aberto ao debate a todos os presentes, em reflexões que se prolongavam frequentemente do princípio da manhã ao fim da tarde, continuando por vezes animadas durante o almoço que os anfitriões sempre ofereciam. Vivia-se um ambiente de puro deleite intelectual entre pessoas que se estimavam reciprocamente.

Este foi o berço da bioética portuguesa que traçou o seu perfil humanista e comunitarista, que valoriza a pessoa na pluralidade das suas dimensões e a comunidade como seu espaço de realização. O pensamento bioético único de então, de origem anglo-americana, era estudado com interesse mas desde sempre com a desconfiança de quem sabe que a preponderância ou mesmo hegemonia da autonomia individual não acode às angústias da pessoa, que uma aplicação estrita de um conjunto de princípios, descarta as virtudes que moldam o carácter de cada um e que a valorização do indivíduo não pode ser descontextualizada das interrelações que mantém na sociedade. Ainda então não se falava da fragilidade, da vulnerabilidade, da solidariedade, princípios que só mais tarde entraram para o universo da bioética e que vieram responder às interpelações que a bioética portuguesa desde sempre formulava; entretanto, já se sublinhava entre nós a importância da afectividade, das emoções, do toque ou do olhar silencioso e sempre a consideração holística da pessoa na sua história, nos seus conflitos nas suas aspirações.

2. O nascimento (ou a institucionalização do CEB)

A criação oficial do Centro de Estudos de Bio-Ética, a 9 de Dezembro de 1988, foi, de alguma forma, apenas mais um passo num percurso que vinha sendo trilhado de forma consistente. E, todavia, nada ficou igual. O “Grupo de Reflexão” ganhou uma nova identidade, tendo-se tornado a primeira instituição de bioética em Portugal; ganhou também a nova função ou a responsabilidade social de promover a reflexão e estimular a revisão de práticas no âmbito da utilização das biotecnologias. Portugal iniciou formalmente o processo de institucionalização da bioética e colocou-se entre os primeiros países europeus a desenvolverem este novo domínio da reflexão e da prática.

A identidade do Centro de Estudos de Bio-Ética estruturou-se solidamente com a nomeação de um Presidente (Direcção) e dos seus órgãos sociais (Assembleia-Geral e Conselho Fiscal), em Janeiro de 1989, sendo constituídos sobretudo por médicos (Jorge Biscaia, Daniel Serrão, Walter Oswald, Francisco Ibérico Nogueira), juristas (António Almeida Costa, António Barbosa de Melo, José Manuel Cardoso da Costa), sacerdotes católicos (Vasco Pinto de Magalhães, Roque Cabral, Manuel Leal Pedrosa) e um filósofo (Michel Renaud) reflectindo os designados “três tipos de racionalidades – técnico-científica, ético-teológica e político-jurídica” que se procurava “conjugar num mesmo humanismo” – nas palavras de Jorge Biscaia. Esta estrutura deveria permitir ao CEB expandir e diversificar a sua acção.

E a responsabilidade social exigia-o não podendo o CEB continuar a permanecer circunscrito a alguns, que animavam as reuniões restritas, mas antes se devendo abrir necessariamente à sociedade o que veio a acontecer sobretudo através da organização de reuniões abertas ao público e de uma actividade editorial regular com a publicação de volumes monográficos, regra geral resultantes de colóquios realizados, mas também com uma publicação periódica, “Os Cadernos de Bio-Ética”, cujo primeiro número surgiu em Julho de 1990.

A fundação do Centro de Estudos de Bio-Ética e o início da publicação regular de uma revista constituem dois marcos decisivos

do processo de institucionalização da bioética em Portugal. Este processo vem, entretanto, a ser irredutivelmente confirmado e decisivamente reforçado em 1990 com a criação de uma instituição bioética de dimensão nacional, natureza pluridisciplinar e função consultiva designada por Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida/CNECV. A instituição do Conselho Nacional de Ética em Portugal foi fortemente determinada pela acção de membros fundadores do Centro de Estudos de Bio-Ética, alguns dos quais vieram também a integrar o Conselho e mesmo a presidi-lo (Lopes Cardoso, Luís Archer, Paula Martinho da Silva) durante a maior parte do seu tempo de vigência.

Neste novo âmbito institucional da bioética, foi possível ao CEB desenvolver relações internacionais, quer com centros de reflexão congéneres, quer com personalidades que se vinham destacando na bioética, sobretudo nos países do sul ou, mais rigorosamente, em países como a França e a Espanha com contextos sociais, culturais, religiosos e mesmo filosóficos com marcadas afinidades.

Começava assim também o desenvolvimento do CEB e a partir dele a expansão e diversificação da bioética em Portugal.

3. A expansão e diversificação (ou o desenvolvimento do CEB)

O desenvolvimento do CEB fez-se, sobretudo através da regularidade dos colóquios que passou a organizar e da intensificação da sua actividade editorial.

Os colóquios abertos ao grande público, sem substituírem as reuniões restritas que se mantiveram, tornaram-se frequentes, versando temáticas sempre diferentes e actuais, apresentadas pelos membros mais idóneos do CEB, mas também por convidados, especialistas nas matérias sob análise e cada vez mais pela segunda geração de bioeticistas formados em grande parte no CEB (quando as ofertas de ensino institucionalizado da bioética eram ainda escassas), atraindo um público sempre numeroso. A actividade editorial foi-se também reforçando não só pela continuidade dos "Cadernos de Bio-Ética", mas também pela edição de números monográficos sobre temáticas diversas.

Em todo o caso, o traço mais marcante do desenvolvimento do CEB foi a criação de pólos, isto é, de centros subsidiários da então designada casa-mãe que, numa descentralização geográfica, alargava a missão do CEB de informação e formação da sociedade sobre as mais prementes e complexas questões éticas que o progresso biotecnológico colocava não apenas a especialistas mas à sociedade em geral e sobre as quais importava tomar decisões esclarecidas. A criação de pólos servia perfeitamente este desiderato e o primeiro veio a ser estabelecido nos Açores, em Março de 1995. Outros se lhe seguiram, em Braga e em Évora, mas também no Porto e em Lisboa, contando-se já hoje nove pólos. O CEB ganhou assim uma verdadeira dimensão nacional.

Entretanto, vale a pena acrescentar que o pólo Açores havia sido projectado inicialmente como um centro universitário de bioética. Mas o desejo então partilhado de não multiplicar estruturas e reforçar preferencialmente o CEB prevaleceu. Mas não por muito tempo...

A segunda metade da década de 90 foi claramente marcada pela multiplicação de instituições bioéticas, fundadas, na sua maioria aliás, por membros do CEB, sobretudo em universidades, e que vieram imprimir um novo desenvolvimento à bioética portuguesa criando e ocupando um espaço que não cabia na missão do CEB: o do ensino e da investigação. Assim, em 1995, foi criado o Gabinete de Investigação em Bioética, na Universidade Católica Portuguesa, no Porto (hoje Instituto de Bioética); em 1996 instituiu-se o Serviço de Bioética e Ética Médica na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (hoje Associação Portuguesa de Bioética); em 1998, é a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa que cria o seu Centro de Bioética. Refiro ainda o Centro de Direito Biomédico, criado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1988 e que foi desenvolvendo também leccionação e investigação em bioética.

Começava-se assim, através da formalização do ensino e da investigação em bioética, a aumentar significativamente o número de profissionais e académicos que enveredavam pela bioética, como via complementar e de especialização da sua formação de base, a criar massa crítica portuguesa neste domínio o que implicava tam-

bém, necessariamente, a abrir-se à diversificação, quer de temas de estudo, quer de perspectivas de análise. A bioética em Portugal, que até então tinha sido o domínio de poucos, centrados sobretudo numa ética biomédica, e analisada sob uma visão humanista, personalista e comunitarista, abre-se então a uma pluralidade de profissionais e académicos – como sejam enfermeiros, biólogos, sociólogos, psicólogos, economistas jornalistas –, que comportam uma sensibilidade acrescida a novos temas – como sejam saúde pública, ambiente e biodiversidade – e que ousam também explorar novas perspectivas – como sejam libertárias, do cuidado, da espiritualidade, eco ou biocêntricas. A bioética expande-se e diversifica-se, consolida-se e aprofunda-se.

O CEB não é mais a única instituição de bioética em Portugal, tal como também o não são a sua visão da bioética, a sua orientação do pensamento ou as práticas que preconiza.

Entretanto, o CEB manteve, em larga medida, sempre uma relação de complementaridade e muitas vezes também de parceria com os diversos centros universitários que se foram estabelecendo, ao mesmo tempo que, também, por sua vez, continuava a ampliar a sua acção, nomeadamente através da conquista de uma dimensão internacional com a sua integração na *Associação Europeia dos Centros de Ética Médica* (tendo realizado o encontro anual desta Associação em 1997 sobre "O bem comum e o bem da pessoa") e também do envolvimento constante nos Encontros Luso-Brasileiros de Bioética (desde a sua primeira edição em 2001).

Simultaneamente, porém, a expansão e diversificação da bioética em Portugal foi instalando relações de competição entre pessoas e instituições que o CEB, estruturado sobre a base da amizade e da partilha de perspectivas, não estava apto a enfrentar.

4. Os riscos (ou a funcionalização e partidarização política da bioética)

Além disso, a fecunda expansão e diversificação da bioética em Portugal, a multiplicação de instituições que se lhe dedicam, a crescente representatividade de Portugal também em instituições de

dimensão europeia e mundial, o aumento da apetência pública pelo debate bioético e das oportunidades de actividade neste domínio, expuseram a bioética a algumas novas realidades que se têm vindo a implantar na nossa sociedade e que atrofiaram a reflexão e desvirtuaram a prática bioética, podendo mesmo vir a esvaziá-la de sentido.

Viso primeiramente um plano pessoal em que se verifica que a popularidade da bioética e as potencialidades de projectos sob esta denominação atraíram não apenas público mas também arrivistas e ambiciosos que, a coberto desta designação, promovem iniciativas que revertem essencialmente em prol da sua própria visibilidade ou procuram fazer currículo através da pertença ao maior número possível e às mais prestigiantes instituições bioéticas. O decréscimo da quantidade de informação, da qualidade da reflexão e da pertinência da decisão são evidentes, o que tanto tem ocorrido no âmbito académico, por exemplo, ao nível da oferta de disciplinas e de cursos, como no âmbito das actividades de diferentes instituições, por exemplo, no nível de fundamentação ética dos Pareceres emitidos.

No plano institucional começou-se por assistir à funcionalização da bioética, fomentado pelo acréscimo de trabalho das comissões de ética, sem qualquer compensação para os seus membros, bem como pela ausência de qualificação de alguns dos seus membros. A tendência para a funcionalização dos organismos que se dedicam à bioética evidencia-se através da substituição da reflexão e debate pela exclusiva tomada de decisões as quais, na ausência de considerações teóricas contextualizadoras e fundamentadoras, se apresentam pouco sustentadas ou concordantes. Com efeito, o direito vem a tomar providência sobre a ética uma vez que é, comparativamente, de aplicação menos morosa, menos complexa e mais segura para as pessoas e instituições envolvidas.

Ainda num plano institucional, mas sobretudo no plano mais alargado da vida pública e da actividade política, assiste-se a uma crescente partidarização política e ideológica da bioética. Este facto, por um lado agrava a funcionalização da bioética dado que algumas instituições acabam por ficar com uma actividade reduzida à aprovação ou rejeição de algo, ou seja, à certificação ética de uma proposta ou iniciativa; por outro lado, algumas instituições correm o risco de serem ideologicamente manipuladas na sua opção por temas e nos

seus pronunciamentos sobre os mesmos, perdendo credibilidade. Por fim, questões sociais que exigem uma perspectiva bioética vêm sendo apropriadas por forças político-partidárias e utilizadas mesmo como sua “bandeira”. A partir daí, todo e qualquer pronunciamento ético fica sujeito a uma maioria efêmera o que nos atira para uma designada etiocracia que compromete a objectividade, rigor e coerência das posições assumidas. Em qualquer caso, dispensa certamente a bioética.

O CEB não tem conseguido contrariar estas tendências usurpadoras e aniquiladoras da bioética porque elas são protagonizadas por fortes poderes e porque o próprio CEB perdeu expressão na sociedade portuguesa onde hoje se torna mais necessário do que nunca, sendo chamado a reinstaurar os valores que o identificam mas sob uma estrutura de funcionamento adequada para responder aos desafios que se lhe colocam.

5. Os desafios do presente os compromissos do futuro

Afirmar desde o início desta minha já longa intervenção que uma leitura histórica não sofre o constrangimento de permanecer encerrada no passado; antes se pode e deve abrir ao futuro, com o orgulho e a confiança de uma herança acumulada, com a coragem e sentido de compromisso de enfrentar os desafios do presente e do futuro e procurar responder-lhes cabalmente.

Nos últimos anos o desenvolvimento do CEB abrandou – já o dissemos – por diversas ordens de razões, desde pessoais a institucionais, ao contrário do que aconteceu com a própria bioética em Portugal que prosseguiu expandindo-se e diversificando-se, mas também funcionalizando-se e politizando-se. É neste novo contexto que se impõe o revigoramento do CEB, que se impõe pela herança que o constitui e pelo seu espaço próprio e insubstituível na sociedade portuguesa, no abraçar de um desafio hercúleo que não pode recusar sob o risco de soçobrar.

Nesta vertente prospectiva da leitura da história do CEB, quero deixar algumas sugestões de desenvolvimento, fundamentadas na apreciação que venho apresentando.

- Considero que o CEB se deve alargar a novos membros. Este alargamento foi sempre lento e muito condicionado ao longo da sua história, ditado pela sua origem como também pelo zelo de manter uma linha de reflexão comum. Hoje o desafio para o CEB será de se assumir como a primeira e maior instituição bioética em Portugal, o que lhe compete pela sua história e pela sua natureza reflexiva. Outras instituições bioéticas específicas não competem com o CEB que se deve colocar num plano superior porque mais abrangente e de ordem reflexiva. Mas para tal precisa de alargar a sua base.
- Também considero que precisa de legitimar as suas cúpulas, através de um sistema claro de assunção de funções e garantindo a rotatividade dos seus responsáveis, repensando o relacionamento com os seus pólos bem como os requisitos mínimos para que estes se estabeleçam e possam ser reconhecidos como tal, como medidas necessárias para garantir um elevado nível de dinamismo.
- Estes dois aspectos apontados exigem, previamente, a reestruturação e actualização dos Estatutos do CEB, a par do que importa acautelar a sua identidade jurídica e financeira no presente contexto político-jurídico – iniciativas de que os restantes membros têm de ir sendo informados, participando também na medida do possível e conforme a natureza da decisão em causa. Será através de um envolvimento abrangente dos membros e de uma participação activa de muitos que o CEB poderá hoje, simultaneamente, expandir-se e manter a sua coesão interna.
- A partir destas bases, estaremos em melhores condições para, já não apenas do ponto de vista formal mas efectivo, revitalizar o CEB: valorizando a revista que tem, por exemplo, de cumprir todos os requisitos para ser indexada; tentando marcar a agenda bioética nacional com intervenções públicas sobre temas seleccionados sob critérios a definir; recuperando uma presença activa nas redes internacionais com que se relaciona, mas também exercendo influência política para que coloque os seus membros nas instituições

bioéticas nacionais e também nas internacionais em que Portugal tem ou pode vir a ter assento; investindo efectivamente nas redes sociais, começando rápida e necessariamente pela reactivação ou reformulação de um site – como aspectos mais importantes a especificar.

- Entretanto, a situação financeira tem igualmente de ser apreciada, não se podendo avançar para projectos que não sejam auto-sustentáveis enquanto o CEB não reunir um fundo de maneo significativo para se poder abalançar em iniciativas assumidamente não lucrativas.

Prometi, no início, “apontar fragilidades e identificar forças para as superar”. Creio que falei de ambas mas não ainda suficientemente das segundas. As forças, o poder do CEB, é enorme aliçado no seu pioneirismo, construído nos seus desenvolvimentos, animado pelo exemplo pessoal e profissional, humano e intelectual dos seus fundadores e protagonistas de sempre, numa herança assumida pelos seus discípulos e que deverá constituir o nosso ânimo, a nossa esperança inesgotável para o futuro.

Por fim, expresso aqui a minha, a nossa homenagem aos fundadores do CEB, uma homenagem feita de sentimentos de admiração e gratidão, de amizade e mesmo de carinho, porque entre nós os sentimentos sempre imperaram.